

RETORNO DA EDUCAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL: UM ESTUDO EM PAINEL E *CROSS-SECTION* ENTRE 2007 E 2018**Thiago Mendes Rosa**

Assessor especial na Diretoria de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF); e doutor em economia pela Universidade de Brasília (UnB).

E-mail: <thiagomendesrosa@outlook.com>.

Bruno de Oliveira Cruz

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

E-mail: <bruno.cruz@ipea.gov.br>.

Luiz Rubens Câmara de Araújo

Assessor especial na Coordenação de Estatística da Diretoria de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas do IPEDF.

E-mail: <luiz.araujo@ipe.df.gov.br>.

DOL: <http://dx.doi.org/10.38116/td2859>

No debate público sobre a questão educacional e a transição escola-mercado de trabalho, o ensino técnico surge como um instrumento para melhorar a inserção do jovem no mercado laboral. No entanto, a literatura econômica no Brasil é relativamente escassa nas estimativas do retorno educacional do ensino técnico, em especial utilizando base de dados longitudinais. Neste trabalho, estima-se o retorno da educação técnica no Brasil entre 2007 e 2018. Construímos um painel de trabalhadores por meio da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e, como estratégia de identificação, utiliza-se a descrição das ocupações definidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) do Ministério da Educação. Este catálogo define as ocupações relacionadas aos diversos cursos técnicos no Brasil. Os resultados mostram um prêmio salarial positivo e significativo entre 21,3% e 24,9% para os trabalhadores nas ocupações técnicas, controlando por variáveis observáveis disponíveis na Rais (como escolaridade, idade, tamanho da empresa e tempo de duração do vínculo). Mesmo quando restringimos a amostra para jovens de 18 anos, o prêmio salarial se mantém positivo e significativo, ainda que em valores menores (5,8% a 7,8%). Realiza-se também uma análise de consistência com duas coletas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2007 e 2014), nas quais há um questionário suplementar para o ensino técnico. Novamente, o prêmio salarial se mantém em valores positivos e significativos, exceto em 2014 para os jovens de 18 anos. Uma possível explicação para esse resultado

é o mercado de trabalho mais restrito devido ao início da recessão econômica. Com base nos prêmios salariais encontrados, foi realizada uma análise de custo-benefício, sugerindo a viabilidade do ensino técnico, do ponto de vista exclusivamente privado, se a mensalidade for de até R\$ 10.381,46 (a uma taxa de desconto de 6%).

De forma geral, podemos dizer que os principais resultados obtidos foram os descritos a seguir.

- 1) Nos dados longitudinais da Rais, o retorno estimado para as pessoas nas ocupações técnicas foi de 21,3%; ser homem e possuir nível superior tem impacto significativo também sobre o salário-hora. Outro resultado interessante foi a medida de mercado de trabalho e externalidade. Estas são relevantes em todas as estimativas, o que além de um possível efeito de transbordamento da variável de tratamento (estar exercendo atividades em ocupações técnicas), parece apontar para a importância da discussão do efeito heterogêneo da capacitação técnica. Entretanto, quando a base é restrita para jovens de 18 anos sem experiência formal no mercado, o impacto da ocupação técnica sobre o retorno do salário é bem mais baixo, 5,8%.
- 2) Para os dados em *cross-section*, o efeito da educação técnica é também positivo e significativo, 14,3% e 11,8%, respectivamente para 2007 e 2014. Fazendo um corte somente para jovens de 18 anos na PNAD e pessoas com 25 anos em 2014, sete anos depois da primeira onda da PNAD com o

SUMEX

suplemento especial, os resultados apresentam um retorno de 28,2% em 2007 e 10,2% para jovens de 25 anos em 2014. Este resultado pode indicar uma queda no retorno ao longo dos anos ou mesmo um primeiro sinal de efeito negativo da recessão que se observaria no país no período.

- 3) Como forma de controlar os efeitos heterogêneos, foram realizados três filtros, o primeiro excluindo o setor público, o segundo considerando apenas a indústria e o último o comércio. Os resultados estão apresentados na tabela 2, na qual é possível observar que a indústria é o setor com maior retorno. O resultado se mantém no comparativo entre todos os trabalhadores e os jovens de 18 anos.
- 4) Finalmente, os retornos estimados, considerando apenas os efeitos nos salários, facilmente cobrem os custos estimados. Os resultados, comparados com as estimativas de custo ideal de Araújo *et al.* (2016), mostram que os ganhos salariais para os indivíduos superam esses custos ideais. Na estimativa para todos os trabalhadores, já no primeiro ano de trabalho, o retorno mensal privado supera o custo mensal estimado do ensino técnico. Para os jovens de 18 anos, considerando todo o custo do ensino técnico juntamente com ensino médio, seriam necessários respectivamente quatro anos (com 6% de taxa de desconto), cinco anos (considerando 12% de taxa de desconto) e seis anos (considerando 18% de taxa de desconto) no mercado de trabalho para que o retorno mensal estimado superasse o custo mensal estimado para o ensino técnico.¹

Certamente, há um limite para a oferta de cursos técnicos, as ocupações técnicas representam de 5,2% a 5,8% do total das ocupações pela Rais, entre 2007 e 2014. Da mesma forma, pela PNAD, há uma relativa estabilidade no percentual de pessoas com nível técnico de 2007 a 2014, passando de 5,7% e 5,8% do total de trabalhadores na PNAD. Mesmo que um desenho de oferta de treinamento deva levar em conta esse balanceamento entre oferta e demanda por mão de obra, de toda forma, pelas estimativas aqui apresentadas, o ensino técnico mostra uma taxa de retorno positiva comparando o impacto sobre salários e o custo ideal estimado e, assim, pode-se mostrar como instrumento relevante para melhorar a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

1. Para comparativo dos custos ideais, foram considerados dezoito meses de treinamento para o ensino técnico e uma taxa de desconto mais elevada, o que resulta num custo ideal mais alto por mês, sendo necessário um maior retorno privado para que o treinamento passe a ter um valor presente positivo.